

2021

BALANÇO PATRIMONIAL - PAÇO	pág. 123
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - PAÇO	pág. 124
RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA (RAI) - PAÇO	pág. 126

BALANÇO PATRIMONIAL – PAÇO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.740	1.959	FORNECEDORES / OUTRAS CONTAS	58	22
CONTAS A RECEBER	2	2	OBRIGACOES TRAB. E ENCARGOS SOCIAIS	291	189
ADIANTAMENTOS	2	-	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	28	26
TRIBUTOS A COMPENSAR	-	169	PROJETOS A EXECUTAR	2.115	1.553
TRANSFERENCIAS	35	-	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.492	1.790
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.779	2.130			
			OBRIGAÇÕES PODER PÚBLICO A LONGO PRAZO	149	40
			TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	149	40
IMOBILIZADO	145	39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
INTANGÍVEL	3	1	SUPERAVIT ACUMULADO	286	340
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	148	40	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286	340
TOTAL DO ATIVO	2.927	2.170	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.927	2.170

SIMONE RANGEL DOS
SANTOS
ROVIGATI:02802662783

Assinado de forma digital por SIMONE
RANGEL DOS SANTOS
ROVIGATI:02802662783
Dados: 2022.11.01 07:25:57 -03'00'

Simone Rangel dos Santos Rovigati
CPF: 028.026.627-83
Diretora

THIAGO RAPHAEL
CARNEIRO:05835838735

Assinado de forma digital por
THIAGO RAPHAEL
CARNEIRO:05835838735
Dados: 2022.10.27 12:02:19 -03'00'

Thiago Raphael Carneiro
CPF: 058.358.387-35
CRC – RJ 123855/O-8

**Demonstração do Resultado do Exercício -
PAÇO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	44.561	44.196
Receitas com restrições		
Recursos governamentais - contrato de gestão	3.880	2.510
Receitas financeiras com restrição	46	21
Total das Receitas com restrições	3.926	2.531
Despesas com restrições		
Com pessoal	(2.279)	(1.405)
Serviços prestados por terceiros	(903)	(693)
Gerais e administrativas	(527)	(180)
Exposições e eventos	(66)	(38)
Impostos, taxas e contribuições	(141)	(190)
Despesas financeiras com restrição	(3)	(14)
Depreciações e Amortizações	(7)	(11)
Total das Despesas com restrições	(3.926)	(2.531)
Resultado das atividades com restrições	-	-
Receitas sem restrições		
Serviços prestados - Contrato de Gestão	-	330
Captação Projetos Culturais	59	10
Outras Receitas	20	78
Receitas financeiras	27	9
Total das Receitas sem restrições	106	427

Despesas sem restrições

Com pessoal	(138)	(193)
Gerais e administrativas	(7)	(59)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-
Despesas financeiras	(14)	(6)
Total das Despesas sem restrições	(160)	(258)
Resultado das atividades próprias	(54)	169

Superávit (Déficit) do exercício

(54)	169
-------------	------------

SIMONE RANGEL DOS
SANTOS
ROVIGATI:02802662783

Assinado de forma digital por
SIMONE RANGEL DOS SANTOS
ROVIGATI:02802662783
Dados: 2022.11.01 07:26:17 -03'00'

Simone Rangel dos Santos Rovigati
CPF: 028.026.627-83
Diretora

THIAGO RAF AEL
CARNEIRO:0 835
838735

Assinado de forma digital
por TH AGO RAPHAEL
CARNE RO:05835838735
Dados: 2022.10.27
12:02:3 -03'00'

Thiago Raphael Carneiro
CPF: 058.358.387-35
CRC – RJ 123855/O-8



Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG Projeto Paço do Frevo

Demonstrações Contábeis e Relatório
dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2021

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores do
Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Projeto Paço do Frevo (“Projeto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Projeto em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Projeto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para as notas nº 2 e nº 3, que descrevem a base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis com o intuito de auxiliar a Administração na visualização das operações do projeto de forma segregada em 31 de dezembro de 2021. Sendo assim, essas demonstrações contábeis não devem ser utilizadas para outro propósito.

Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização das partes especificadas e não deve ser distribuído a terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis determinadas pelo Projeto em conjunto com suas consorciadas, descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Projeto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Projeto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Projeto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Projeto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2022

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sheila Conrado".

Sheila Conrado
Contadora - CRC-RJ 086.265/O-4

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Iuri M. Conrado".

Iuri Conrado
Contador - CRC-RJ 123.182/O-7

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

BALANÇO PATRIMONIAL – PAÇO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	2.740	1.959	FORNECEDORES / OUTRAS CONTAS		58	22
CONTAS A RECEBER		2	2	OBRIGACOES TRAB. E ENCARGOS SOCIAIS	7	291	189
ADIANTAMENTOS		2	-	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8	28	26
TRIBUTOS A COMPENSAR	5	-	169	PROJETOS A EXECUTAR	9	2.115	1.553
TRANSFERENCIAS		35	-	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.492	1.790
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.779	2.130				
				OBRIGAÇÕES PODER PÚBLICO LONGO PRAZO	10	149	40
				TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		149	40
IMOBILIZADO	6	145	39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
INTANGÍVEL	6	3	1	SUPERA VIT ACUMULADO	12	286	340
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		148	40	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		286	340
TOTAL DO ATIVO		2.927	2.170	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.927	2.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício - PAÇO**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Valores expressos em Milhares de Reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas com restrições			
Recursos governamentais - contrato de gestão		3.880	2.510
Receitas financeiras com restrição		<u>46</u>	<u>21</u>
Total das Receitas com restrições		<u>3.926</u>	<u>2.531</u>
Despesas com restrições			
Com pessoal	13	(2.279)	(1.405)
Serviços prestados por terceiros	14	(903)	(693)
Gerais e administrativas	15	(527)	(180)
Exposições e eventos		(66)	(38)
Impostos, taxas e contribuições		(141)	(190)
Despesas financeiras com restrição		(3)	(14)
Depreciações e Amortizações		<u>(7)</u>	<u>(11)</u>
Total das Despesas com restrições		<u>(3.926)</u>	<u>(2.531)</u>
Resultado das atividades com restrições		<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas sem restrições			
Serviços prestados - Contrato de Gestão		-	330
Captação Projetos Culturais		59	10
Outras Receitas		20	78
Receitas financeiras		<u>27</u>	<u>9</u>
Total das Receitas sem restrições		<u>106</u>	<u>427</u>
Despesas sem restrições			
Com pessoal	13	(138)	(193)
Gerais e administrativas	15	(7)	(59)
Impostos, taxas e contribuições		(1)	-
Despesas financeiras		<u>(14)</u>	<u>(6)</u>
Total das Despesas sem restrições		<u>(160)</u>	<u>(258)</u>
Resultado das atividades próprias		<u>(54)</u>	<u>169</u>
Superávit (Déficit) do exercício		<u>(54)</u>	<u>169</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social -
PAÇO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Superávit/Déficit Acumulado	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	171	171
Superávit do exercício	169	169
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	340	340
Déficit do exercício	(54)	(54)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	286	286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa método indireto - PAÇO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(54)	169
AJUSTES POR:		
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	15	11
AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS		
(AUMENTO)/REDUÇÃO NOS ATIVOS EM:		
CONTAS A RECEBER	-	23
ADIANTAMENTO DE DESPESAS	(2)	(28)
IMPOSTOS A COMPENSAR	169	(79)
BLOQUEIO JUDICIAL	-	(1)
TRANSFERÊNCIAS	(35)	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NOS PASSIVOS EM:		
FORNECEDOR	36	(42)
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	102	(86)
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2	(11)
PROJETOS A EXECUTAR	562	1.066
FLUXO DE CAIXA DECORRENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>795</u>	<u>1.022</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS	(14)	(12)
FLUXO DE CAIXA DECORRENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(14)</u>	<u>(12)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
FLUXO DE CAIXA DECORRENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO LÍQUIDO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>781</u>	<u>1.010</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO	<u>1.959</u>	<u>949</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO	<u>2.740</u>	<u>1.959</u>
AUMENTO LÍQUIDO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>781</u>	<u>1.010</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis de Propósito Específico em
31 de dezembro de 2021.**

(Valores expressos em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão (“Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em abril de 2001 e qualificada como organização social no âmbito da cultura, meio ambiente e educação pelos Governos dos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. O endereço registrado do escritório da Entidade na Praça Arsenal da Marinha, número 91, Recife - Pernambuco. Tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, cultural, ambiental e econômico da sociedade, conforme nota explicativa nº 9.

- I. Fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, científico, cultural, desportivo, ambiental e econômico e a inovação na sociedade;
- II. Criar, apoiar, fomentar, promover e gerir espaços culturais, turísticos, educacionais, científicos, de lazer e desporto, ambientes promotores da inovação. Com a propagação do conhecimento a sociedade civil, bem como realização de consultoria e gestão de mecanismos operacionais de conservação da biodiversidade e espaços especialmente protegidos;
- III. Incentivar o intercâmbio de informação e conhecimento entre as culturas;
- IV. Promover o voluntariado, a ética, a paz, a cidadania e os valores humanos;
- V. Atuar na defesa, gestão e conservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e científico em todos os seus aspectos: natural, por meio da proteção do meio ambiente; construído, a partir da valorização das edificações e do registro temporal de bens móveis e imóveis; e imaterial, por meio de manifestações culturais, folclore, culinária e identificação histórica;
- VI. Promover a inclusão digital da sociedade civil, especialmente no que diz respeito à parcela da comunidade em situação de vulnerabilidade social ou econômica;
- VII. Promover o ensino, a pesquisa, o treinamento, a ciência e a tecnologia, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e ambiental e para o desenvolvimento da economia criativa;
- VIII. Auxiliar o atingimento de um patamar satisfatório de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos ou de interesse público, incluindo espaços culturais, escolas, museus, bibliotecas, centros de convivência, centros turísticos, de esporte e lazer e unidades de conservação da natureza; e
- IX. Promover e incentivar o turismo.

1.1. Destaques do Exercício

Paço do Frevo – Recife

Fechado em 13 de março de 2021 até 23 de junho de 2021.

Devido a paralisação das atividades por 03 meses, o Equipamento sofreu com a queda nas receitas de bilheteria e operações e por mais um ano consecutivo, o Instituto revisou o orçamento especificamente previsto para o Paço do Frevo e adequou as entregas, ao que seria possível, para o público e parceiros do equipamento. Apesar de sofrer redução no número de visitas, o IDG continuou aplicando e consolidou os caminhos criados em 2020 para entreter o público virtualmente com excelência e grande aceitação e aumento de seu público presencial em 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/1762002(R1), de 2 de setembro de 2015, e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de outubro de 2022.

b. Base de mensuração e apresentação

As demonstrações contábeis são referentes apenas às operações do CNPJ dessa Filial e estão sendo apresentadas separadas apenas para atender as necessidades da Administração na visualização dos projetos de forma segregada. As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico e no valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Já o valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional do Instituto.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão são registrados da seguinte forma:

- (a) **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido a débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante, sendo apropriados como receitas quando da efetiva contratação das despesas;
- (b) **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos em recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados à executar.

3.2. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

b. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

c. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

d. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

e. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou a necessidade de reconhecer eventuais perdas.

3.3. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

3.4. Caixa e equivalentes e Caixa e equivalentes vinculados

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez (vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.5. Contas a receber.

As contas a receber são basicamente oriundas das atividades de venda de ingressos e eventos e são registradas por seu valor justo. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber.

3.6. Adiantamento a terceiros

Compreendem valores adiantados os prestadores de serviços por conta de entrega futura de serviços ao Instituto e a adiantamento de férias de funcionários.

3.7. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), acumuladas, quando necessário.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as taxas apresentadas abaixo:

	Taxa Anual	Anos de Vida útil
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10

3.8. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.9. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido,

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte, a COFINS sobre rentabilidade de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros

(IOF), além das tarifas bancárias e eventuais contratos de invoice cobradas pelas instituições financeiras.

3.11. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas conforme nota explicativa nº 9. Todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural e educacional das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
a) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA PAÇO		
CAIXA	4	-
BANCO CONTA MOVIMENTO	82	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	539	575
	<u>625</u>	<u>575</u>
b) RECURSOS VINCULADOS A PROJETOS		
BANCO CONTA MOVIMENTO	-	102
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.115	1.282
	<u>2.115</u>	<u>1.384</u>
	<u>2.740</u>	<u>1.959</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pelo Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Abaixo demonstramos o quadro de reconciliação dos saldos de Caixa e Projetos a Executar.

2021	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	DEMAIS ATIVOS	DEMAIS PASSIVOS	SALDO FINAL PROJETOS A EXECUTAR
IDG				
PE - PAÇO/FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE	391	-	-	391
PRONAC - 203642 - BB 92793-7/ BB 92.794	1.683	-	-	1.683
ORGANIZAÇÕES DOS ESTADOS IBERO AMERICANOS (OEIA)	41	-	-	41
	<u>2.115</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.115</u>

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

2020	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	DEMAIS ATIVOS	DEMAIS PASSIVOS	SALDO FINAL PROJETOS A EXECUTAR
IDG				
CONTRATO DE GESTÃO PE - PAÇO	1.084	169	-	1.253
CONTRATO DE GESTÃO PRONAC 203642	300	-	-	300
	1.384	169	-	1.553

As aplicações financeiras são de longo prazo > 721 dias, quando aplicado em CDB (certificados de depósitos bancários) com rentabilidade entre 98% e 100% do CDI e em Fundo de investimento em Renda Fixa Longo Prazo com rentabilidade entre 98% e 101% do CDI.

As Receitas Financeiras com restrição foram de R\$ 46 em 2021 e R\$ 21 em 2020, já as despesas financeiras com restrição em 2021 foram de R\$ 3 e em 2020 R\$ 14.

5. Impostos e Contribuições a compensar

Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos ou recuperação de encargos já compensados em 2021.

6. ATIVO IMOBILIZADO

Movimentação do ativo imobilizado

IMOBILIZADO	SALDO EM 31/12/2020	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2021
MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO				
INSTALAÇÕES	11	-	-	11
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	90	52	-	142
MOVEIS E UTENSÍLIOS	11	-	-	11
EQUIPAMENTOS PROC DADOS	25	60	-	85
EQUIPAMENTO TELECOMUNICAÇÕES	-	7	-	7
INSTRUMENTOS MUSICAIS	25	-	-	25
SOFTWARES	2	4	-	6
	164	123	-	287
	SALDO EM 31/12/2020	BAIXAS	ADIÇÕES	SALDO EM 31/12/2021

MOVIMENTAÇÃO DA DEPRECIAÇÃO

INSTALAÇÕES	(8)	-	(1)	(9)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(57)	-	(9)	(66)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(7)	-	(1)	(8)
EQUIPAMENTOS PROC DADOS	(25)	-	(2)	(27)
INSTRUMENTOS MUSICAIS	(26)	-		(26)
SOFTWARES	(2)		(1)	(3)
	<u>(125)</u>		<u>(14)</u>	<u>(139)</u>
SALDO LÍQUIDO IMOBILIZADO	<u>39</u>	<u>123</u>	<u>(14)</u>	<u>148</u>

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
SALÁRIOS A PAGAR	78	60
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	151	114
INSS A RECOLHER	46	6
FGTS A RECOLHER	14	8
PIS A RECOLHER	2	1
	<u>291</u>	<u>189</u>

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF A RECOLHER	15	10
PIS/COF/CSLL RETIDO NA FONTE A RECOLHER	2	3
COFINS A RECOLHER	2	1
INSS RETIDO NA FONTE A RECOLHER	6	8
ISS RETIDO NA FONTE A RECOLHER	3	4
	<u>28</u>	<u>26</u>

9. PROJETOS VINCULADOS A EXECUTAR E EXECUTAR

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e a descrição de suas movimentações, que estão situados em Recife - PE, informando sobre os recursos recebidos e captados pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como informações sobre os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo e imobilizações).

(a) Contrato de Gestão - Paço do Frevo - CG - 294/2013 e CG 5321/2018

- (i) Em 14 de novembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 294/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, tendo sido renovado até o total de 5 anos consecutivos, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas;
- (ii) Durante o período do contrato, o Instituto recebeu repasses de recursos financeiros pelo contratante destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural desenvolvidos no Equipamento Cultural Paço do Frevo;
- (iii) Conforme previsão contratual, embasada na legislação para contratos de gestão para com Organizações Sociais, as partes firmaram termo aditivo ao contrato, prorrogando o período de vigência por dois anos, ficando, portanto, o término do segundo biênio em 13 de novembro de 2017. Posteriormente, foi firmado o terceiro termo aditivo, que estende a gestão do IDG por mais um ano, findando em 13 de novembro de 2018;
- (iv) Em novembro de 2018, o IDG participou de nova licitação e, como vencedor, teve seu contrato assinado em 14 de dezembro de 2018 por mais dois anos à frente da gestão do Paço Frevo.
- (v) Nos termos do contrato e seus aditivos, para a concretização das ações do Contrato de Gestão, a prefeitura se comprometeu em repassar recursos ao Instituto, que por sua vez assumiu parcela de participação de recursos para a composição orçamentária total por meio de captação de recursos através de leis de incentivo, Lei Rouanet, Funcultura e Funarte, assim como pela geração de receitas operacionais, resultado da operação do equipamento cultural, sendo o recurso total utilizado para custear a operação e a programação do Paço do Frevo no ano de 2018 e 2019;
- (vi) O valor de repasse advindo da Prefeitura tem suprido o orçamento anual, mas de forma justa, requerendo eficiência, inovação e criatividade na gestão por parte do IDG para manter as atividades de programação oferecidas ao público de forma atrativa e também com esforços na área de manutenção e melhorias estruturais do equipamento cultural. A Equipe IDG efetua as prestações de contas conforme contrato e apresenta os planos de trabalhos anuais que são concluídos ao final do período e tem suas metas alcançadas.
- (vii) Em 14 de dezembro de 2020, o IDG celebrou a assinatura do aditivo do contrato de gestão por mais dois anos à frente da gestão do Paço do Frevo e segue recebendo repasses semestrais conforme solicitação da Prefeitura. No total são considerados 5 anos, sendo:
 - 2 anos (2018 a 2020); *Em 2020, devido a Pandemia do Coronavírus, a Prefeitura solicitou uma redução no valor do repasse e efetuar o depósito em parcelas que foram devidamente alinhadas com a necessidade de caixa do projeto. Com o equipamento fechado de Março à Agosto/20, observou-se uma queda expressiva na receita de bilheteria e operações.

- O IDG, em 2021, consolidou as ações desenvolvidas em 2020 para entreter o público virtualmente com excelência e grande aceitação e observou aumento de seu público presencial em 2022.
- Termo Aditivo por mais 2 anos (2020 a 2022);
- Termo Aditivo por mais 1 ano (até 2023).

(b) TEATRO DE SANTA ISABEL - PRONAC: 170375 – Programa Cultural e Educativo

O IDG foi proponente do projeto de execução de atividades que foram realizadas no Teatro de Santa Isabel, na cidade do Recife/PE, contemplando as áreas de programação cultural – saraus e palestras - e educativa – visitas guiadas dramatizadas e oficinas de artes cênicas.

Recebemos patrocínio do Banco Santander em 2017 na ordem de R\$ 1.000. O projeto foi realizado ao longo de 2017-2018, tendo sido gerado, ao término do período originalmente considerado para a execução do projeto, saldo proveniente de gestão responsável com elevado grau de economicidade aplicado e rendimentos financeiros, tendo assim o projeto sido prorrogado até 2021, período que pudesse ser atendido pelos recursos ainda disponíveis.

Com a execução da impressão dos livros, o projeto foi encerrado e prestado contas para efeitos de registros no PRONAC e contábeis no IDG, conforme cronograma, em julho/2021.

10. OBRIGAÇÕES COM PODER PÚBLICO AO LONGO PRAZO

Saldo referente ao valor total dos Bens de propriedade do contratante – Contrato de gestão Secretaria Municipal de Cultura.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 0 PAÇO DO FREVO	149	40

11. PARTES RELACIONADAS

Nos termos do art. 15 c.c art.12, §2º da Lei n. 9.532/1997, por ser associação privada sem fins lucrativos qualificada como organização social na área de cultura, remunera exclusivamente seus dirigentes que atuam direta e efetivamente na gestão executiva do Instituto, com valores que respeitam os valores praticados pelo mercado, sendo o valor fixado pelo seu órgão de deliberação superior.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentado em valores atualizados de superávit acumulado de R\$ 286 em 31 de dezembro de 2021, afetado pelo déficit de R\$ 54 do exercício, devido as despesas no mês de dezembro de 2021 por regime de competência, conforme determina a Lei.

O Instituto somente poderá ser dissolvido por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou por sentença do Poder Judiciário transitado em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio dos Estados, na proporção dos recursos e bens por estes alocados através do Contrato de Gestão.

13. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
SALÁRIO	1.228	893
ENCARGOS SOCIAIS	524	288
BENEFÍCIOS	278	227
FÉRIAS E 13º SALÁRIO	372	168
OUTRAS COM PESSOAL	15	22
	<u>2.417</u>	<u>1.598</u>

14. SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA	35	32
JURÍDICO	19	2
CONSULTORIA E ASSESSORIA	42	1
LIMPEZA	377	251
SEGURANÇA/VIGILÂNCIA	200	214
ADMINISTRAÇÃO/MANUTENÇÃO	217	159
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	13	34
	<u>903</u>	<u>693</u>

15. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	423	95
TI/TECNOLOGIA	84	117
COMUNICAÇÃO	27	27
	534	239

16. Política de Gratuidade

No Instituto a política de gratuidade totalizou em 2021 o valor de R\$ 34 de acordo com os critérios abaixo:

- Crianças com até 05 anos
- Membros das agremiações carnavalescas, troças, clubes de frevo, bailarinos, músicos, mediante cadastro
- Funcionários de museus
- Membros do ICOM (International Council of Museums)
- Grupos em situação de vulnerabilidade social
- Moradores de bairros vizinhos do Paço
- Professores e alunos da rede pública municipal, estadual ou federal de Ensino Fundamental, Médio Tecnológico e Superior
- Servidores da Prefeitura do Recife
- Estudantes de Artes, Museologia, Arquitetura, Audiovisual, Música, Design e Moda de instituições particulares
- Guias de Turismo
- Taxista, mediante cadastro.

Estudantes da rede privada, doadores de sangue, PCGs e idosos, O valor do ticket médio da bilheteria foi de $(5.838 \times 5,82 = 33.977,16) = 34$

O valor médio da meia entrada foi de $(12.063 \times 2,91 = 35.103,33) = 35$

POLÍTICA DE GRATUIDADE - PAÇO

Data	Gratuito	Inteira
Janeiro 2021	632	1.700
Fevereiro 2021	395	1.047
Março 2021	23	133

Abril 2021	-	-
Mai 2021	-	-
Junho 2021	75	251
Julho 2021	654	1.611
Agosto 2021	664	1.326
Setembro 2021	596	1.327
Outubro 2021	756	1.617
Novembro 2021	551	1.319
Dezembro 2021	1.492	1.732
Total	5.838	12.063

17. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos a aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração de Ativos Financeiros são realizadas de acordo com a Seção 11 – Instrumentos Financeiros Básicos do CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Seção 11 exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos, exceto para os investimentos em ações preferenciais não conversíveis e ações ordinárias ou preferenciais não resgatáveis, negociadas em mercados organizados ou cujo valor justo possa ser mensurado de forma confiável sem custo ou esforço excessivo.

Os instrumentos financeiros básicos do Projeto são:

- caixa;
- depósitos à vista e a prazo fixo; e
- contas a receber e a pagar;

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros e volatilidade do mercado, visando à mitigação deste tipo de risco, o Instituto é conservador em centralizar seus investimentos, em operações com taxas de rentabilidade que a acompanham, aplicando em CDB de bancos sólidos, atrelados ao CDI o certificado de depósito interbancário e Fundo de investimento de renda fixa CP ou LP, lastreados em Títulos do Tesouro em 100% de sua carteira.

Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de liquidez e risco de mercado.

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

18. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021.

19. Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração entende que os valores para cobertura de seguros são suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. Renúncia fiscal

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/1997.

Considera-se sem fins lucrativos o Instituto que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, desde que atendidas às demais condições legais.

Assim, o IDG é um Instituto sem fins lucrativos, conforme descrito na nota 1, possuindo isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventuais superávits,

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos, o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Paço do Frevo - Recife

O contrato CG 5321/2018 finda em 14/12/2022 e esta Administração está em fase de renovação contratual por mais um ano com a Prefeitura, findando com previsão em 14/12/2023 e trabalha para aumentar sua visitação presencial ao longo deste próximo ano com novos parceiros para o Projeto do Paço do Frevo, recebendo recursos incentivados de verba livre.

22. COMPROMISSO E OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

São receitas que podemos utilizar para fins próprios, necessidades do Instituto em geral, sem necessidade de prestação de contas pois não são atreladas a nenhum projeto, mas à matriz apenas. Como por exemplo: Prestação de serviços e receitas de prestações de contas já aprovadas.

Receitas sem restrições

Serviços prestados - Contrato de Gestão	-	330
Captação Projetos Culturais	59	10
Outras Receitas	20	78
Receitas financeiras	27	9
Total das Receitas sem restrições	106	427

Rio de Janeiro ____ / ____ / 2022

Simone Rangel dos Santos Rovigati

CPF: 028.026.627-83

Diretora

Thiago Raphael Carneiro

CPF: 058.358.387-35

CRC – RJ 123855/O-8